

A RELAÇÃO ENTRE FÉ E RAZÃO NA FILOSOFIA DE BLAISE PASCAL

THE RELATIONSHIP BETWEEN FAITH AND REASON IN THE PHILOSOPHY OF BLAISE PASCAL

José Aparecido Pereira¹

<https://orcid.org/0000-0002-4718-2118>

Kaike Eduardo Baqueta de Andrade²

<https://orcid.org/0009-0004-6415-9819>

Resumo: O assunto a ser discutido no presente artigo se encontra relacionado à filosofia de Blaise Pascal. Por ser um pensador do século XVII, Pascal viveu no contexto histórico e filosófico da corrente que depois viria a ser denominada *Racionalismo*. O autor, porém, não fez parte desta corrente e, na verdade, em seus escritos ele ressalta justamente as limitações que a razão possui na ordem do conhecimento. O objetivo principal deste artigo consiste em responder a seguinte questão: qual a relação entre fé e razão na filosofia de Blaise Pascal? Os procedimentos metodológicos adotados se orientaram pela leitura, análise e interpretação das duas principais obras de Blaise Pascal e textos de seus estudiosos. O artigo está dividido em três tópicos. No primeiro, trata-se de compreender a concepção pascaliana de razão e caracterizar quais são os limites estabelecidos pelo autor para essa faculdade. No segundo, apresenta-se o significado, o sentido e a relevância do *coração* para Pascal, entendido não como puro órgão biológico, mas como a faculdade fundamental para a razão e para a fé. E por fim, no terceiro tópico, refletir-se-á sobre a relação entre fé e razão. Acredita-se que a relevância do tema estudado no artigo está em conceder ao leitor uma consciência da condição humana que se baseia na ideia de que o homem é um ser limitado e que não consegue conhecer absolutamente as coisas a partir de sua razão.

Palavras-chave: Coração; Fé; Pascal; Razão.

Abstract: The subject to be discussed in this article is related to the philosophy of Blaise Pascal. As a 17th century thinker, Pascal lived in the historical and philosophical context of the current that would later be called *Rationalism*. The author, however, was not part of this current and, in fact, in his writings he emphasizes precisely the limitations that reason has in the order of knowledge. The main objective of this article is to answer the following question: what is the relationship between faith and reason in Blaise Pascal's philosophy? The methodological procedures adopted were guided by the reading, analysis and interpretation of the two main works by Blaise Pascal and texts by his scholars. The article is divided into three

¹ Doutor em Filosofia, Professor do Centro Univeristário Cidade Verde. E-mail: prof_josepereira@unicv.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8583907984500271>

² Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: baqueta.kaike@gmail.com

topics. In the first, it is about understanding Pascal's conception of reason and characterizing the limits established by the author for this faculty. Secondly, the signification, meaning and relevance of *heart* for Pascal is presented, understood not as a pure biological organ, but as the fundamental faculty for reason and faith. And finally, in the third topic, we will reflect on the relationship between faith and reason. It is believed that the relevance of the topic studied in the article lies in giving the reader an awareness of the human condition that is based on the idea that man is a limited being who cannot know things absolutely from his reason.

Key-words: Heart; Faith; Pascal; Reason.

Introdução

O assunto a ser discutido e desenvolvido no presente artigo se encontra relacionado à filosofia de Blaise Pascal. Por ser um pensador do século XVII, Pascal viveu no contexto histórico e filosófico da corrente de pensamento que depois viria a ser chamada *Racionalismo*. O autor, porém, não faz parte desta corrente, e na verdade em seus escritos ele ressalta justamente as limitações que a razão possui na ordem do conhecimento. De forma alguma Pascal despreza a razão, mas sim afirma que ela sozinha não é capaz de conhecer absolutamente tudo e todas as coisas, e que, por isso, o *coração* e a fé são elementos fundamentais para o conhecimento dos princípios primeiros e de Deus.

Tendo em vista isso, o objeto de estudo do presente artigo pode ser explicitado através da seguinte questão: qual a relação entre fé e razão na filosofia de Blaise Pascal? Para responder a essa questão, teve-se como referencial teórico as obras mais proeminentes do filósofo, a saber, *Do Espírito Geométrico e da Arte de Persuadir* e *Pensamentos (Pensées)*, bem como textos dos estudiosos que se dedicaram a interpretar a filosofia desse pensador. Os procedimentos metodológicos adotados para a construção desse artigo se orientaram pela leitura, análise e interpretação das duas principais obras de Blaise Pascal e textos de seus estudiosos. O artigo está dividido em três tópicos. No primeiro, trata-se de compreender a concepção pascaliana de razão e caracterizar quais são os limites estabelecidos pelo autor para essa faculdade. No segundo, apresenta-se o significado, o sentido e a relevância do *coração* para Pascal, entendido não como puro órgão biológico, mas como a faculdade fundamental para a razão e para a fé. E por fim, no terceiro tópico, refletir-se-á sobre a relação entre fé e razão.

Em um século marcado pelo Racionalismo, Blaise Pascal com seus escritos empenhou o esforço de manter o homem distante da pretensão de se distanciar de sua verdadeira natureza³, mediante o culto da razão. Para isso, ele evidenciou a fraqueza humana e mostrou os limites que a razão possui, e como é necessário a fé para a felicidade humana. Desse modo, a justificativa desse artigo consiste em conceder ao leitor uma consciência da condição humana, que se baseia na ideia de que o homem é um ser limitado, que não consegue conhecer absolutamente as coisas a partir de sua razão. Por isso que o *coração* e a fé são de vital importância tanto para o conhecimento, quanto para a felicidade humana.

³ Pascal foi realmente um verdadeiro apologeta. Soube compreender plenamente o drama de sua época e a tragédia vivida por seus contemporâneos. Enxergou a mediocridade de seu tempo e as diversas formas de indiferença e de efêmero que este vivia (FISICHELLA, 2015, p. 119).

A razão e seus limites na filosofia de Pascal

Para a compreensão da concepção pascaliana de razão, deve-se ter manifesto o contexto histórico que o levou Blaise Pascal a escrever sobre seus limites e seu lugar no processo de conhecimento do ser humano. Blaise Pascal viveu na França em meados do século XVII. Em seu contexto histórico e filosófico, as ideias de seu contemporâneo, René Descartes, estavam muito fortes em toda a Europa. Desse modo, Pascal viveu sob a influência do racionalismo cartesiano que enaltecia a razão, colocando-a como princípio e fundamento do conhecimento.

Com o elogio dado por Descartes à razão, o que se seguiu foi uma corrente filosófica que cada vez mais dava a essa potência humana capacidades das mais elevadas. O *Racionalismo* surgiu como uma doutrina que firmava na razão os princípios primeiros do conhecimento, a faculdade de conhecer as coisas e a própria essência humana, como é demonstrado no célebre axioma cartesiano: *penso, logo existo*. Desse modo, a razão é critério para a existência humana e conseqüentemente para a essência humana: “Não há, pois, dúvida alguma de que sou, se ele [deus enganador] me engana; e por mais que me engane, não poderá jamais fazer com que eu nada seja, enquanto eu pensar ser alguma coisa” (DESCARTES, 1983, p. 92). Em contrapartida, Blaise Pascal não compactou com essa pretensão humana de dar à razão tão altos atributos e possibilidades⁴, mas a partir de sua doutrina filosófica, deu a ela limites bem claros na ordem do conhecimento e do método. Falando dos filósofos que tanto exaltaram a razão, Pascal diz em sua obra *Pensamentos*:

serão os filósofos, que nos propõem, como todo bem, os bens que estão em nós? Será esse o verdadeiro bem? Descobriram eles o remédio para os nossos males? Será curar a presunção do homem igualá-lo a Deus? Os que nos igualaram aos animais, e os maometanos, que nos deram como todo bem os prazeres da terra, até mesmo na eternidade, trouxeram remédio para as nossas concupiscências? Que religião nos ensinará, portanto, a curar o orgulho e a concupiscência? (PASCAL, 1984, p. 139; Bru 430).

E Pascal continua:

todas as vossas luzes só podem chegar a conhecer que não é em vós mesmos que descobrireis a verdade e o bem. Os filósofos prometeram-no, mas não puderam fazê-lo. Não sabem qual é o vosso verdadeiro bem, ou qual o vosso verdadeiro estado. Como poderiam dar remédio aos vossos males, se nem menos os conheceram? Vossas enfermidades principais são o orgulho, que vos subtrai de Deus, a concupiscência, que vos liga à terra, e eles não

⁴ Em um período em que tudo parece girar em torno do culto da deusa Razão e tudo é combatido em seu nome, a figura de Pascal emerge como ponto de contraste. Não tanto porque queira ser o defensor de uma ordem tradicionalista, muito pelo contrário, mas por querer salvaguardar a natureza do homem e seu mistério. Se Descartes abria à razão todos os horizontes em que ela se podia compreender como infinita, Pascal é aquele que, por força da razão, repropõe os limites dessa mesma razão, mostrando, para isso, sua grandeza (FISICHELLA, 2015, p. 107).

fizeram outra coisa além de entreter ao menos uma dessas enfermidades. Se vos deram Deus por objeto, foi apenas para exercer vossa soberba. Fizeram-vos pensar que lhe sois semelhantes e conformes por vossa natureza. E os que viram a vaidade dessa pretensão vos lançaram no outro precipício, levando-vos a pensar que vossa natureza é semelhante à dos animais, e vos fizeram procurar o vosso bem nas concupiscências, que são próprias dos animais. Não é esse o meio de vos curar de vos curar de vossas injustiças, que esses sábios não conheceram (PASCAL, 1984, p. 140; Bru 430).

Isso não deve levar a pensar que Pascal desprezava a razão. Pelo contrário, a razão é o elemento primordial na constituição do ser humano de acordo com o pensamento pascaliano: “Toda a dignidade do homem está no pensamento. O pensamento é, pois, uma coisa admirável e incomparável por natureza” ((PASCAL, 1984, p. 126; Bru 365). A partir do que ele afirma no fragmento 347 dos *Pensamentos*, pode-se inferir que a razão humana é o componente que distingue o homem dos demais seres:

O homem não passa de um caniço, o mais fraco da natureza, mas é um caniço pensante. Não é preciso que o universo inteiro se arme para esmagá-lo: um vapor, uma gota de água, bastam para matá-lo. Mas, mesmo que o universo o esmagasse, o homem seria ainda mais nobre do que quem o mata, porque sabe que morre e a vantagem que o universo tem sobre ele: o universo desconhece tudo isso. Toda a nossa dignidade consiste, pois, no pensamento. Daí é que é preciso nos elevarmos, e não do espaço e da duração, que não poderíamos preencher. Trabalhem, pois, para bem pensar: eis o princípio da moral (PASCAL, 1984, p. 123-124; Bru 347).

A concepção de razão em Pascal está, pois, vinculada à questão dos limites do conhecimento. O opúsculo *Do Espírito Geométrico e da Arte de Persuadir* e a obra *Pensamentos* são os escritos nos quais ele desenvolve esse assunto. No opúsculo, Pascal (2017) afirma que o método geométrico perfeito deveria tudo definir e tudo demonstrar. No entanto, isso pode levar a uma regressão ao infinito, porque as últimas definições e as últimas demonstrações sempre pressuporiam outras para lhes servir de prova e fundamento. Sobre método geométrico, por mais que ele utilize o termo *geométrico*, esse não se limita ao campo da geometria, da álgebra e da matemática. Este termo está centrado na noção de demonstração. Como dito acima, Pascal afirma que a verdadeira ciência (método perfeito) deveria tudo definir e tudo provar, porém, ela é inatingível:

esse verdadeiro método, que formaria as demonstrações na mais alta excelência, se a ele fosse possível chegar, consistiria em duas coisas principais: uma em não empregar termo algum cujo sentido não tenha sido nitidamente explicado antes, outra em jamais enunciar proposição alguma que não tenha sido demonstrada por verdades já conhecidas; isto é, numa palavra, definir todos os termos e provar todas as proposições (PASCAL, 2017, p. 40).

Ela é inatingível pelo fato de que ao tentar tudo definir, ter-se-á que definir o que Pascal chamou de princípios (termos) primeiros: número, movimento, espaço, tempo, luz e assim por diante,

ou seja, uma geometria em sentido amplo vinculado a uma mecânica. Todavia, não é possível definir esses primeiros termos, pois eles já são, permita a redundância, os primeiros. Por exemplo, como se define o termo luz? Alguém poderia dizer que é o movimento luminoso de corpos luminosos. Entretanto, nessa definição já é usado o termo definido, que é luz. Ademais, para Pascal (2017), cria-se mais obscuridade do que clareza quando se pretende definir os primeiros termos. Se toda vez que se quiser falar que um número é par, exigir que se utilize da frase *par é todo número que divido por dois permanece com ambas as partes em igual quantidade*, fará do diálogo e do discurso algo redundante. No entanto, essa situação de incapacidade da razão de definir aquilo que já é definido “é antes uma perfeição do que uma falta, porque não advém de sua obscuridade, mas, ao contrário, de sua extrema evidência, que é tal que, ainda que não tenha a convicção das demonstrações, tem toda a certeza delas” (PASCAL, 2017, p. 49).

Desse modo, o que Pascal propõe é que não se deve tentar definir aquilo que já é absolutamente claro e evidente, “porque esses termos designam tão naturalmente as coisas que significam, para quem entende a língua” (PASCAL, 2017, p. 44). É de fato um problema de linguagem. No entanto, é também um problema que envolve a razão, pois se infere que ela não é capaz de ir para além desses princípios primeiros. A razão pode ir até esses primeiros termos, porém, se tentar defini-los e demonstrá-los, cairá em uma regressão ao infinito, o que a levaria a um ciclo de tudo definir e tudo demonstrar. Tem-se, portanto, o primeiro limite da razão apontado por Pascal:

assim, aprofundando as investigações mais e mais, chega-se necessariamente a palavras primitivas que não podem mais ser definidas e a princípios tão claros que não se encontram outros que o sejam mais para lhes servir de prova. Daí se vê que os homens estão numa impotência natural e imutável para tratar qualquer ciência que seja numa ordem absolutamente completa (PASCAL, 2017, p. 43).

Vale ressaltar que Pascal não está negando a possibilidade de se investigar esses princípios primeiros, mais sim de definir os mesmos enquanto natureza. Realizar proposições, inferir características, propor teorias são esforços válidos e necessários. Porém, esses não devem ocupar o sentido primeiro do termo. Por exemplo, ao se falar do termo *tempo*

todos conduzem o pensamento para o mesmo objeto, o que basta para fazer com que esse termo não tenha necessidade de ser definido, embora em seguida, examinando o que é o tempo, venha-se a diferir de opinião depois de se pôr a pensar sobre ele, pois as definições são feitas apenas para designar as coisas denominadas e não para mostrar sua natureza (PASCAL, 2017, p. 46).

Para o filósofo, uma definição de nome é uma conceituação livre para facilitar o discurso. Ao constatar que não é preciso tudo definir e tudo demonstrar, pois como dito, o processo lógico

demonstrativo é interrompido a partir da evidência de determinados termos chamados *termos primitivos*, Pascal conclui que esses não necessitam de prova e definição:

vê-se suficientemente a partir disso que há palavras incapazes de ser definidas e, se a natureza não tivesse suprido essa falta com uma ideia semelhante que forneceu a todos os homens, todas as nossas expressões seriam confusas; porém, elas são usadas com a mesma segurança e a mesma certeza que se estivessem explicadas de uma maneira perfeitamente isenta de equívocos; porque a própria natureza nos forneceu, sem palavras, uma inteligência mais nítida do que a que a arte nos proporciona com nossas explicações (PASCAL, 2017, p. 45).

Esses princípios não precisam ser definidos e serem demonstrados, pois eles são evidentes a todo e qualquer homem. Pascal chama essa natureza que sustenta a evidência desses princípios de *luz natural*. No opúsculo *Do Espírito Geométrico e da Arte de Persuadir*, ele não define essa *luz natural*, mas nos *Pensamentos* ele a chama de *coração*, mais especificamente no fragmento 282: “Conhecemos a verdade não só pela razão, mas também pelo *coração*; é desta última maneira que conhecemos os princípios, e é em vão que o raciocínio, que deles não participa, tenta combatê-los” (PASCAL, 1984, p. 107; Bru 282). Abordaremos sobre conceito de *coração* em Pascal mais adiante. Por hora basta saber que luz natural (ou natureza) diz respeito ao *coração* pascaliano⁵.

Para Pascal (2017), a intuição dada pelo *coração* é um indicativo dos limites do conhecimento, pois o próprio modo como se fundamenta o conhecimento escapa ao alcance da razão: número, espaço, tempo e movimento, os princípios do conhecimento, enfim, não podem ser definidos racionalmente, ou seja, não se pode conhecer a essência desses princípios para afirmar que eles são efetivamente os últimos em sentido absoluto. O máximo que a razão pode afirmar é que esses princípios são os últimos alcançados por ela, mas não se pode afirmar que para além deles não haverá outros. Ademais, como já explicitado, não é a razão que dá a evidência desses princípios, mas “numa palavra, todos esses termos são perfeitamente inteligíveis pela luz natural” (PASCAL, 2017, p. 48).

Por exemplo, ao tentar definir a essência de número o máximo que se pode dizer é que esse é uma unidade. Nesse caso, usa-se o definido na própria definição. Ao definir que o número é uma unidade, tem que se ter uma pré-compreensão do conceito de unidade, possibilitada pelo número. Então não se está definindo o que é o número, mas se está repetindo. No entanto, todo homem compreende o termo número. O que traz essa evidência é o *coração* e não a razão. Nesse raciocínio, o papel que a razão deve desempenhar é o de reconhecer até que ponto ela é capaz de fornecer o

⁵ O esquema é exatamente o mesmo: ele traça uma distinção entre a razão que raciocina e certezas que não provêm dessa razão; simplesmente “a luz natural” de O espírito geométrico “será substituída pelo *coração* no fragmento dos Pensamentos que estuda o problema dessas verdades primitivas”. Esta substituição permite reencontrar na “oposição entre a razão e o *coração*... a célebre distinção entre o espírito de geometria e o espírito de fineza” (GOUHIER, 2005, p. 108).

conhecimento. Assim, é a própria razão que estabelece os seus limites. No contexto dessa argumentação, encontra-se uma das mais significativas divergências de pensamento entre Pascal e Descartes⁶.

Pascal situou o conhecimento que o homem pode adquirir entre dois infinitos: o infinitamente grande e o infinitamente pequeno. Entre esses dois pontos o homem não é capaz de conhecer nenhum dos extremos, pois quando se põe a pensar sobre qualquer objeto ou fenômeno, esse lhe escapa do raciocínio justamente pelo seu estado crítico de estar no centro. O homem situado entre dois infinitos é incapaz de conhecer a ambos⁷: eis outra consequência dos limites da razão. No fragmento 72 dos *Pensamentos*, intitulado *Desproporção do homem*, Pascal estabelece a condição ontológica do homem:

todo esse mundo visível é apenas um traço imperceptível na amplidão da natureza, que nem sequer nos é dado conhecer mesmo de um modo vago. Por mais que ampliemos as nossas concepções e as projetemos além dos espaços imagináveis, concebemos tão somente átomos em comparação com a realidade das coisas. [...] Afinal, que é o homem dentro da natureza? Nada em relação ao infinito; tudo em relação ao nada: um ponto intermediário entre tudo e nada. Infinitamente incapaz de compreender os extremos, tanto o fim das coisas como o seu princípio permanecem ocultos num segredo impenetrável, e é-lhe igualmente impossível ver o nada de onde saiu e o infinito que o envolve. Que poderá fazer, portanto, senão perceber alguma aparência das coisas num eterno desespero por não poder conhecer nem seu princípio nem seu fim? Todas as coisas saíram do nada e foram levadas para o infinito; quem seguirá estes caminhos assombrosos? O autor destas maravilhas conhece-as; e ninguém mais (PASCAL, 1984, p. 51 e 52; Bru 72).

A condição humana nesse caso reside no meio entre o infinito de pequenez e o infinito de grandeza, ou seja, o homem no universo está no meio de dois abismos de infinitude. A razão é, pois, incapaz de conhecer os extremos desses infinitos: “não procuremos, pois, segurança e firmeza. Nossa razão é sempre iludida pela inconstância das aparências e nada pode fixar o finito entre dois infinitos que o cercam e dele se afastam” (PASCAL, 1984, p. 54; Bru 72).

⁶ Uma discordância que há entre Pascal e Descartes: enquanto, para este último, toda ciência parte (ou deveria partir) de ideias claras e distintas que, por isso mesmo, nos proporcionam acesso à própria natureza daquilo que representam, nosso filósofo vê nos termos primitivos e nos primeiros princípios elementos que, estando no limiar de qualquer discurso, testemunham, antes de mais nada, nossos limites. [...] Para Pascal, o fato de não conseguirmos definir palavras como tempo, espaço, movimento e ser não significa, em absoluto, que conheçamos intuitivamente a essência de tais coisas (como, cartesianamente, poder-se-ia pensar). Ao invés disso, nosso filósofo preferirá ressaltar que tal incapacidade deve chamar nossa atenção para o fato de que não podemos responder pelo fundamento primeiro de nossos conhecimentos (MANTOVANI, 2017, p. 33-34).

⁷ Semelhante figura, portanto, que é intuitiva e compreensível, pressupõe a compreensão de um duplo infinito: o infinitamente grande e o infinitamente pequeno. Como tais, eles são inexprimíveis e entretanto devem ser pressupostos diante da impossibilidade de se compreender aquilo que é intuído (FISICHELLA, 2015, p. 111).

Desse modo, essa situação mediana não é acolhedora, pois o homem não abarca a totalidade da grandeza do universo e nem abarca os princípios últimos que compõe a matéria, como as partículas, as moléculas, os átomos e suas respectivas divisões. Nesse caso, novamente Pascal afirma que o conhecimento do homem, esse ser ínfimo, é limitado. Somos levados a concluir que em termos epistemológicos, o conhecimento que o homem pode adquirir é sempre limitado, pois estando entre dois abismos de infinitude, ele não pode conhecer a totalidade destes extremos. Não há como encontrar o centro dentro de uma esfera infinita por intermédio do conhecimento quando se parte da perspectiva de um ser finito e insignificante como o homem.

Em suma, para Pascal, não podemos conhecer nem a totalidade do universo e nem os primeiros princípios que compõem todas as coisas, visto que a razão tem limites. Sendo assim, questões metafísicas como as vinculadas à existência de Deus, não podem ser solucionados no âmbito da razão lógico-discursiva. Ou seja, Deus – assim como os princípios primeiros – está fora do conhecimento da razão. A abordagem de tais aspectos reside então em outra instância: o *coração*. Uma vez apontados os limites da razão, passemos então ao próximo tópico para termos de forma clara o que é o conceito de *coração* em Pascal, e quais são suas funções, atributos e características.

O papel do *coração* na ordem do conhecimento

Uma vez afirmado que a razão humana é limitada, Pascal afirma a soberania de uma instância que ele denominou como *coração*. Como dito anteriormente, os princípios primeiros do conhecimento têm sua evidência no *coração* (em alguns trechos Pascal expressa o termo *coração* e em outros os termos *natureza* e *instinto*). É sobre esses princípios do *coração* que a razão tem que se apoiar, basear todo o seu discurso e construir aquilo que ela sabe construir bem: as provas, as demonstrações. Os alicerces, as bases e os fundamentos do conhecimento são fundamentados pelo *coração*. Os fundamentos que Descartes buscava na racionalidade, Pascal vai afirmar que estão no *coração*. É a partir dele que a razão constrói o conhecimento. Ou seja, quem fundamenta o conhecimento é o *coração*, pois a razão é limitada. Essa questão vai provocar uma grande discussão sobre o que seria o *coração* na filosofia de Pascal e vários comentadores tentaram definir o que esse termo significa⁸.

⁸ Se o *coração* é, em sentido próprio, a fonte de onde irradia toda vida orgânica, é, em sentido figurado, o ponto de partida de todos os nossos impulsos; não há conversão que não fale dele. Donde o papel de princípio que Pascal lhe reconhece: “*Coração*, instinto, princípios”, princípios do discurso e da representação (espaço, tempo, movimento, números), sentimento da consistência das coisas que nos cercam, fé prática que funda nosso ser no mundo, certeza de que o dia amanhecerá ou de que não estamos sonhando... Por isso é que merece o nome de instinto, donde se vê que todas as nossas certezas, quer digam respeito à realidade cotidiana, quer à existência de Deus, procedem da mesma experiência. Compreende-se assim que ele possa se perder, que as coisas temporais possam saturá-lo a ponto de lhe ocultar Deus e que se deva amiúde constatar que “o *coração* do homem é oco e cheio de lixo” (MAGNARD, 2013, p. 16).

É do *coração* que nascem os sentimentos e os instintos, movimentos que nos fazem conhecer as verdades primeiras⁹. Assim como a razão obtém o conhecimento a partir de provas e deduções, o *coração* o adquire a partir do instinto (intuição) e do sentimento. É notável perceber o quão significativo é a utilização desse termo pelo Pascal, evidenciando nele o sentimento, visto que após o Renascimento, no âmbito da Filosofia, os sentimentos são vistos como uma certa aridez filosófica. Ademais, torna-se mais razoável quando o autor afirma que o conhecimento dos primeiros princípios não ocorre pela razão, pelo intelecto, mas sim pelo *coração*. Aqui, interessa-nos o fato de que o *coração* é um indicativo que a razão é limitada, e de que o campo de atuação desta faculdade é um e o do *coração* é outro:

sabemos que não sonhamos; por maior que seja a nossa impotência em prová-lo pela razão, essa impotência mostra-nos apenas a fraqueza da nossa razão, mas não a certeza de todos os nossos conhecimentos, como pretendem. [...] E é tão inútil e ridículo que a razão peça ao coração provas dos seus princípios primeiros, para concordar com eles, quanto seria ridículo que o coração pedisse à razão um sentimento de todas as proposições que ela demonstra, para recebê-los (PASCAL, 1984, p. 107 e 108; Bru 282).

No que tange à questão do conhecimento que o *coração* pode fornecer, intuição e instinto seriam então o melhor sinônimo para falar sobre a noção de *coração* na filosofia do pensador: “Coração, instinto e princípios” (PASCAL, 1984, p. 107; Bru 281). Enquanto faculdade de intuição, em seu dever intelectual, o *coração* conhece os princípios primeiros de forma imediata. Assim, sendo a intuição e o instinto características fundamentais do *coração*, ele age de uma vez só, e o conhecimento trazido por ele é mais certo e superior do que o dado pela razão: “pois o conhecimento dos princípios, como o da existência de espaço, tempo, movimentos, números, é tão firme como nenhum dos que nos proporcionam os nossos raciocínios. E sobre esses conhecimentos do coração e do instinto é que a razão deve apoiar-se e basear todo o seu discurso” (PASCAL, 1984, p. 107; Bru 282). Para Pascal, a razão e o *coração* são na verdade dois modos de conhecimento que se complementam, visto que cada um tem a sua ordem¹⁰. O *coração* é o responsável por fornecer – a partir da intuição – a evidência dos princípios primeiros do conhecimento, como foi acentuado diversas vezes. Um processo que se dinamiza a partir de uma naturalidade imediata. Já à razão compete, a partir do raciocínio lógico e do discurso, definir e demonstrar aquilo que o *coração* não evidencia. É um procedimento que se utiliza de conceitos e juízos¹¹. Desse modo, para Pascal (1984), as condições primeiras da existência humana são conhecidas a partir do *coração*. É por meio dele que

⁹ Eis então esclarecido o primeiro sentido desse termo... o *coração* é antes de mais a faculdade dos princípios” (GOUHIER, 2005, p. 109).

¹⁰ Pois o *coração* tem a sua ordem e o espírito tem a sua que procede por princípio e demonstração (GOUHIER, 2005, p. 103-104).

¹¹ Entre o *coração* e a razão, Pascal nos *Pensamentos* estabelece uma distinção análoga àquela que os gregos estabeleciam entre o [...] pensamento puro e o pensamento discursivo (GOUHIER, 2005, p. 105).

o ser humano sabe que pensa, que existe, que não está sonhando. É ele também que distingue o que é o bem e o que é o belo. Assim, o *coração* está na base de todo raciocínio, pois é ele que traz a evidência dos princípios primeiros. Ele que fundamenta a razão que irá abarcar aquilo que o *coração* não sente¹².

Entretanto, é certo que nessa cadeia de raciocínio, o conhecimento dado pelo *coração*, a saber, dos princípios primeiros, deixa algo a desejar, pois ele não possui a certeza lógica dada pela razão demonstrativa. Nesse sentido, convém a seguinte pergunta: pode-se creditar ao *coração* a mesma certeza dada aos raciocínios lógicos-demonstrativos fornecidos pela razão? Pascal afirma que mesmo sendo o conhecimento dado pelo *coração* – da perspectiva racional – ausente de definição e demonstração, essa ausência não o torna inseguro ou incerto, mas antes, perfeito (visto que o seu arbítrio diz respeito à elementos fora do alcance da razão)¹³:

contudo, não se ficará surpreso, caso se observe atendo-se essa admirável ciência apenas às coisas que, mais simples, essa mesma qualidade que as torna dignas de ser seus objetos as torna incapazes de ser definidas, de modo que a ausência de definição é antes uma perfeição do que uma falta, porque não advém de sua obscuridade, mas, ao contrário, de sua extrema evidência, que é tal que, ainda que não tenha a convicção das demonstrações, tem toda a certeza delas. Ela pressupõe, portanto, que se saiba qual é a coisa que se entende por estas palavras: movimento, número, espaço; e, sem se deter em defini-las inutilmente, penetra em sua natureza e descobre suas maravilhosas propriedades (PASCAL, 2017, p. 49).

Nessa abordagem, retornemos à concepção de homem situado entre dois infinitos e incapaz de conhecer os seus extremos, visto que a razão não pode alcançar a totalidade das coisas. Mesmo com esse estado de decadência, Pascal afirma a segurança dos conhecimentos dados pelo *coração*. Para isso, ele estabelece que o *coração* é quem pode responder as dúvidas colocadas pelos céticos, como por exemplo, a dúvida sobre o estado de consciência do ser humano: estamos dormindo ou acordados? Respondendo aos céticos, Pascal afirma que o conhecimento dado pelo sentimento (*coração*) é certo e seguro. Certo e seguro não por ser constatável pela razão discursiva, mas como já foi salientado, por ser um saber que advém de uma intuição natural:

os pirrônicos, que só tem isso como objetivo, trabalham inutilmente. Sabemos que não sonhamos. [...] (O coração sente que há três dimensões no espaço e que os números são infinitos; e a razão demonstra, em seguida, que não há dois números quadrado dos quais um seja o dobro. Os princípios se sentem, as proposições se concluem; e tudo com certeza, embora por vias diferentes.) (PASCAL, 1984, p. 107 e 108; Bru 282).

¹² Cumpre considerar o *coração*, órgão do conhecimento dos primeiros princípios e de Deus... como a forma superior da razão humana” (GOUHIER, 2005, p. 106).

¹³ O ‘domínio do *coração*’ recobre todos os que não dependem da razão raciocinante: do lado da fé e do espírito de fineza, ver-se-á a consciência moral, o gosto estético, o sentimento pelo qual são dados os princípios da geometria” (GOUHIER, 2005, p. 107).

Pascal está respondendo às duas correntes – racionalismo e ceticismo – que o conhecimento não se reduz apenas ao que a razão pode fornecer. Em suma, o que Pascal estava tentando dizer aos homens de sua época – e que pode valer para a atualidade – é que a razão não é ilimitada, infinita, capaz de abarcar o absoluto de todo objeto e de toda ciência. Em relação à razão, o filósofo se posiciona da seguinte maneira no fragmento 282 dos *Pensamentos*: “Essa impotência deve, pois, servir apenas para humilhar a razão que quisesse julgar tudo; mas não para combater a nossa certeza, como se apenas a razão fosse capaz de nos instruir” (PASCAL, 1984, p. 108; Bru 282).

A “humilhação” a que Pascal faz referente à razão não é para a depreciar, mas sim para definir o seu papel e o seu lugar: sob o *coração*. O esforço de Pascal foi o de evidenciar que há dois modos distintos de conhecer a verdade¹⁴. Veremos a seguir que do mesmo modo que o *coração* traz a evidência dos princípios primeiros do conhecimento, é ele também que sente Deus¹⁵. É a partir disso que nossa abordagem se direciona para a relação entre fé e razão. Abordaremos tal tema no tópico a seguir.

A relação entre fé e razão, segundo Pascal

A partir da compreensão do homem entre dois abismos de infinitude, incapaz de conhecer os seus extremos, e dos limites da razão, Pascal afirma que esse necessita de algo que esteja além da razão para que haja um ponto fixo. Esse algo é a confiança em um ser maior que o homem, ou seja, a fé em Deus. Nesse caso, quando se trata de Deus, há dois modos pelos quais podemos lidar com essa questão: por intermédio da aposta e por intermédio da fé. Antes de abordar esses temas é preciso deixar claro a distinção entre estas três realidades do pensamento pascaliano: a) a fé mediante o *coração* e sua relação com a razão, b) o conhecimento de Deus, já que conhecer Deus é diferente de acreditar em Deus, e c) o argumento da aposta, seguindo a lógica da probabilidade e da razão. Esses três temas são distintos e não devem ser confundidos, pois cada um trata de um aspecto em específico.

Desse modo, em se tratando da relação entre fé e razão no pensamento pascaliano, retornemos à questão do *coração*. Como visto no final do tópico anterior, a faculdade que permite ao homem sentir Deus é o *coração*. É nele que reside a intuição, aquela certeza imediata de algo, uma verdade evidente que não necessita de demonstração. Aqui pode-se fazer uma analogia com a questão da fundamentação do conhecimento dada pelo *coração*. Do mesmo modo que não podemos definir e demonstrar os primeiros princípios do conhecimento, os quais são verdades indemonstráveis provenientes do *coração*, também não podemos provar e demonstrar a existência de Deus pela razão, embora possamos sentir a sua existência por intermédio do *coração*: “É o *coração* que sente Deus, e

¹⁴ Duas vias diferentes pelos quais a certeza é atingida, a razão (raciocinante) e o *coração*, a verdade dependendo, em ambas, da clareza natural (GOUHIER, 2005, p. 108).

¹⁵ Não haverá, por conseguinte, nenhuma contrariedade ao passar do *coração* que sente as três dimensões ao *coração* que sente Deus (GOUHIER, 2005, p. 107).

não a razão” (PASCAL, 1984, p. 107; Bru 278). Nos dois casos, é possível afirmar que o *coração* tem um papel preponderante, pois ele possui uma auto evidência, tanto no caso dos princípios do conhecimento, quanto no caso da fé em Deus. O *coração* é uma espécie de operador de certezas. Ele faz a operação de inclinar o ser humano a uma determinada certeza.

Todavia, ainda é certo que a razão não é capaz de conhecer os princípios primeiros do conhecimento, que dirá de conhecer a Deus. Assim, o conhecimento de Deus a partir da razão é inalcançável para Pascal. Ademais, para Pascal, conhecer Deus não implica em um pensamento, uma ideia, uma demonstração, um axioma a respeito Dele, mas conhecer Deus é sentir Deus. Esse sentir Deus só é possível pelo *coração*, pois esse não sente as demonstrações da razão, mas a própria verdade. Novamente aqui apresentamos os célebres fragmentos 278 e 282 dos *Pensamentos* que evidenciam essas afirmações: “É o coração que sente Deus, e não a razão. Eis o que é a fé: Deus sensível ao coração, não à razão. [...] Conhecemos a verdade não só pela razão mas também pelo coração” (PASCAL, 1984, p. 107; Bru 278, 282).

A solução encontrada por Pascal é a fé em Jesus Cristo fundada no *coração*. Jesus Cristo é o mediador entre Deus e o homem e, desse modo, ele sintetiza em si a grandeza do criador e a miséria do homem. É exatamente pelo fato de unir em si mesmo o divino e o humano que faz com Ele seja o único meio de conhecer Deus. Jesus Cristo ao assumir a humanidade decaída com todas as suas concupiscências, pecados, misérias, tornou o homem capaz da redenção. Uma vez que Cristo é o mediador entre o homem e Deus, Ele é também o mediador entre o homem e a natureza do próprio homem, ou seja, o conhecimento de Deus está condicionado ao conhecimento de si mesmo. Somente pela fé em Jesus Cristo, reconhecida a partir da miséria que o homem se encontra, que este pode conhecer a si mesmo:

não só conhecemos Deus apenas por Jesus Cristo, mas ainda conhecemo-nos a nós mesmos apenas por Jesus Cristo. Só conhecemos a vida e a morte por Jesus Cristo. Fora de Jesus Cristo não sabemos o que é nossa vida, nem nossa morte, nem Deus, nem nós mesmos. Assim, sem a Escritura, que tem Jesus Cristo por objeto, nada conhecemos e só vemos obscuridade e confusão na natureza de Deus e na própria natureza. É não somente impossível, mas também inútil, conhecer Deus sem Jesus Cristo (PASCAL, 1984, p. 166; Bru 548, 549).

A fé em Jesus Cristo não é algo abstrato, mas sim um mistério que se apresentou dentro da história da humanidade. E aqui podemos perceber o papel fundamental que a razão tem dentro desse aspecto da fé em Jesus Cristo. Uma vez que Pascal (1984) afirma que é somente mediante a fé em Jesus Cristo que o homem pode voltar à sua primeira natureza (e ao próprio Deus), ele igualmente apresenta a veracidade das provas históricas da pessoa de Cristo, utilizando para isso a razão. A partir das profecias feitas no Antigo Testamento para o povo judeu e das outras inúmeras provas históricas/documentais da pessoa de Cristo, a razão pode deduzir que Esse homem de fato existiu.

Nessa reflexão, o reconhecimento da veracidade da pessoa do Cristo é o limite da razão, pois o que é o Cristo – mediador, salvador, redentor – já é papel da fé. Assim, percebe-se que no âmbito da fé na pessoa de Jesus Cristo, a razão também está presente. Presente não como uma faculdade que auxilia a fé, que a complementa, mas sim como uma faculdade que possui o seu encargo bem definido: as provas históricas de Jesus Cristo. Assim, a razão não invade o campo da fé.

Ademais, o caminho que leva ao reconhecimento do verdadeiro Deus feito carne é a própria miséria do homem. O único caminho para que se atinja a fé – e desse modo a grandeza – é através da consciência de sua miséria, é percebendo que o homem foi corrompido:

a grandeza do homem é grande na medida em ele se reconhece miserável. Uma árvore não sabe que é miserável. É, pois, ser miserável conhecer-se miserável; mas é ser grande saber que se é miserável. Todas essas misérias provam sua grandeza. São misérias de grande senhor, misérias de rei destronado. Não se é miserável sem sentimento (PASCAL, 1984, p. 132; Bru 397, 398).

O modo pelo qual o homem se aproxima de Deus não é pela afirmação de que ele é racional e feito à imagem e semelhança de Deus e, por isso, um reflexo Dele. Para Pascal, é pela parte mais baixa¹⁶, pela miséria, que se chega até o mediador e não pela construção de provas ontológicas. Foi através da miséria que Deus veio ao encontro do homem na pessoa de Jesus Cristo. É por isso que “os que conheceram Deus, sem conhecer sua própria miséria, não o glorificaram, mas se vangloriaram” (PASCAL, 1984, p. 166; Bru 547).

Dessa reflexão, deve-se acentuar que, na filosofia de Pascal, fé e razão são duas coisas completamente diferentes. O conhecimento que podemos construir a partir dos princípios (razão) é uma coisa, assim como a crença em Deus é algo completamente diferente (fé). Nesse sentido, Pascal destaca três ordens de realidade operando com objetos diferentes: a) a ordem sensível, vinculada ao corpo e à carne; b) a ordem do espírito, vinculada ao conhecimento racional discursivo; c) a ordem da caridade, vinculada ao *coração* e à fé. O fragmento 793 ressalta a distância entre essas ordens:

os grandes gênios possuem o seu império, o seu brilho, a sua grandeza, a sua vitória e o seu lustro, e não precisam das grandezas carnis com as quais não têm relações. São vistos não pelos olhos, mas pelos espíritos; e é o bastante. Os santos possuem o seu império, o seu brilho, as suas vitórias, o seu lustro, e não precisam das grandezas carnis ou espirituais com as quais não têm qualquer relação, pois não lhes acrescentam nem tiram nada. São vistos por Deus e pelos anjos, e não pelos corpos nem pelos espíritos curiosos: Deus lhes basta. (PASCAL, 1984, p. 244-245; Bru 793).

A partir da constatação dessas três ordens, Pascal realça bem a distância entre estas duas ordens de realidade: a fé e a razão. É certo que é possível fazer uma analogia entre a faculdade da

¹⁶ Não se confunde com uma elevação do humano. Ao contrário, trata-se de, acusar, a todo momento, nossa baixaza, depravação e insuficiência (MANTOVANI, 2017, p. 58).

razão e o dom da fé quando se coloca entre elas o *coração*, já que ambas partem deste: tanto o conhecimento é fundamentado pelo *coração*, quanto Deus é sensível pelo *coração*. Assim, podemos tirar uma conclusão da relação entre fé e razão: mesmo sendo dissemelhantes, esta e aquela possuem o mesmo fundamento. No entanto, ainda assim há profundas diferenças. Para Pascal, essas duas ordens – do espírito (razão) e da caridade (fé) – são completamente distintas entre elas e entre a primeira ordem por ele formulada, a ordem da carne:

a distância infinita dos corpos aos espíritos figura a distância infinitamente mais infinita dos espíritos à caridade, pois ela é sobrenatural. Todo o brilho das grandezas não tem lustro para as pessoas que se entregam às pesquisas do espírito. A grandeza das pessoas de espírito é invisível aos reis, aos ricos, aos capitães, a todos esses grandes da carne. A grandeza da sabedoria, que não existe em nenhuma parte a não ser em Deus, é invisível aos carnis e às pessoas de espírito. São três ordens diferentes em gêneros (PASCAL, 1984, p. 244; Bru 793).

Em relação às três ordens, a primeira ordem, a sensível, que é a ordem da carne, do corpo e das sensações diz respeito aos que se ocupam com coisas materiais, com os prazeres sensíveis. Essa ordem está em uma distância infinita àqueles que estão na ordem do espírito, na ordem da razão, como os cientistas, ou seja, aqueles que utilizando do raciocínio lógico-dedutivo-demonstrativo ascendem às verdades do intelecto. Todavia, existe uma terceira ordem que está acima da razão (ordem do espírito), que é a ordem da caridade, a ordem própria da religião. Aqui se encontra o âmbito da fé, onde não é preciso a prova e a demonstração. Cada uma – fé e razão – reina em sua ordem e deve-se preservar a distância entre as ordens. Como Pascal afirma:

todos os corpos, o firmamento, as estrelas, a terra e os seus reinos, não valem o menor dos espíritos; de fato, ele conhece tudo isso e a si; e os corpos, nada. Todos os corpos juntos, e todos os espíritos juntos, e todas as suas produções, não valem o menor movimento de caridade; de fato, ela é de uma ordem infinitamente mais elevada. De todos os corpos juntos não poderíamos extrair um pequeno pensamento; isso é impossível, e de outra ordem. De todos os corpos e espíritos não poderíamos tirar um movimento de verdadeira caridade; isso é impossível, e de outra ordem, sobrenatural (PASCAL, 1984, p. 245; Bru 793).

Nesse sentido, como o objeto para o qual se dirige a fé e pressupõe a caridade – Deus – não reside na ordem do espírito, não é possível operar racionalmente em relação a esse objeto. Embora o pensamento seja um indicativo da grandeza do homem, a razão não é a via para nos aproximarmos de Deus, pois Ele ultrapassa os limites da razão humana. Encontra-se aqui a conclusão mais fundamental dessa relação entre fé e razão: uma e outra perscruta aquilo que lhe é próprio, e uma não invade o reino da outra. A razão deve cumprir perfeitamente o seu papel de definir e demonstrar aquilo que não é evidente ao *coração* e reconhecer as suas limitações. A fé, ultrapassando os limites da razão deve levar o homem à união com o Cristo, já que é a partir deste que vem aquela realidade que é tão cara à

Pascal: a salvação¹⁷. A razão sozinha não pode mostrar ao homem o caminho da salvação. Essa tarefa compete à fé mediante o *coração*. Desse modo, conclui-se que fé e razão, sendo duas realidades completamente diferentes, não estão em contradição¹⁸. Esta é a relação entre fé e razão que podemos inferir a partir dos escritos de Pascal.

Desse modo, o caminho que leva ao reconhecimento do verdadeiro Deus feito carne, o Mediador, é a própria miséria do homem. Somente reconhecendo a porção miserável e negativa é possível aceder ao conhecimento da condição humana e se optar pela conversão que poderá tornar o *coração* sensível a Deus, de modo a abraçar a fé e adentrar na ordem da caridade. Interessante notar que a ordem da caridade está acima da ordem do espírito. A maior parte dos filósofos coloca o espírito (a razão) como a porção que está mais próxima de Deus. Para Pascal, não se acende a Deus por uma marca, por uma ideia de infinito, mas é reconhecendo a iniquidade e miséria do homem e ao mesmo tempo o Mediador, Jesus Cristo:

para mim, confesso que logo que a religião cristã descobre este princípio, que a natureza dos homens está corrompida e decaída de Deus, isso abre-me os olhos para ver por toda parte o caráter dessa verdade; com efeito, a natureza é tal que assinalada por toda parte por um Deus perdido, quer no homem, quer fora do homem, e uma natureza corrompida. [...] O conhecimento de Deus sem o da própria miséria faz o orgulho. O conhecimento da própria miséria sem o de Deus faz o desespero. O conhecimento de Jesus Cristo encontra-se no meio, porque nele encontramos Deus e nossa miséria. [...] É igualmente perigoso aos homens conhecer Deus sem conhecer a própria miséria, e conhecer a própria miséria sem conhecer o redentor que pode curá-la. Um só desses conhecimentos causa, ou a soberba dos filósofos que conheceram Deus e não a sua própria miséria, ou o desespero dos ateus, que conheceram a própria miséria sem o redentor (PASCAL, 1984, p. 147 e 163 e 174; Bru 441, 527, 556).

Conclui-se então que a relação entre fé e razão que se infere a partir dos escritos de Pascal é distintiva. Para o autor, a razão – aquela que eleva o ser humano e o distingue das demais criaturas – tem a sua ordem e é responsável pela demonstração e definição daqueles princípios que não são evidenciados pelo *coração*. Assim, a razão possui uma ordem e um papel específico na ordem do conhecimento. Naquilo que compete ao domínio da razão a fé não deve se expressar. Igualmente a fé possui a sua ordem e um papel específico na ordem da caridade, e nesse caso, o conhecimento de Deus e de si mesmo pela crença em Jesus Cristo

¹⁷ Aquilo que no homem era uma forma de dilaceração e infelicidade, em Cristo é assumido para ser definitivamente superado. Cristo é a *síntese* de tudo, pois nele o amor do Pai é revelado no escondimento e na humilhação acolhida por amor. [...] O caminho, pois, para chegar a Deus passa por Jesus Cristo (FISICHELLA, 2015, p. 117).

¹⁸ A razão se submeterá quando julgar que deve fazê-lo. Saber manter razão é também estar em guarda em relação à sua razão. O fato de que a fé passe os sentidos e a razão não desqualifica seu uso na ordem deles: “A fé diz certamente o que os sentidos não dizem, mas não o contrário do eles veem. Ela está acima e não contra” (MAGNARD, 2013, p. 27).

como mediador entre Deus e os homens (entre a grandeza e a miséria). Em suma, cada uma – fé e razão – possui a sua ordem e deve abarcar aquilo que lhe compete. Apesar de serem distintas e terem cada qual sua ordem, o fundamento de ambas é o mesmo: o *coração*.

Considerações finais

O objetivo fundamental deste artigo foi refletir sobre a relação entre fé e razão na filosofia de Blaise Pascal. Para tal, fez-se necessário a análise e exposição das concepções que Pascal tinha a respeito de determinados termos e realidades, a saber: razão, conhecimento, fé, Deus, miséria, grandeza, infinito, e sobretudo o termo mais próprio e mais eminente em toda a sua obra, o *coração*.

Pelos argumentos e considerações apresentadas, tanto por Blaise Pascal quanto pelos seus comentadores, é razoável a conclusão de que a fé e a razão são completamente distintas. Desse modo, cada uma deve desempenhar a sua função na ordem que lhe compete, sem invadir o domínio da outra, visto que para Pascal, tal movimento é impossível. Entretanto, ao admitir o *coração* como faculdade que fundamenta tanto o conhecimento lógico-demonstrativo quanto a fé em Deus, Pascal evidenciou que fé e razão não são opostas – visto que possuem o mesmo fundamento – mas sim diferentes. A partir da concepção dos limites da razão e da miséria em que o homem se encontra, Pascal aponta a fé em Jesus Cristo como o elemento que pode trazer ao homem a salvação e o conhecimento de si mesmo. Tal objetivo só é possível porque o *coração* é o operador de certezas do ser humano que fundamenta o conhecimento científico e a fé. Nesse movimento, a razão desempenha o papel de trazer as provas históricas de Jesus Cristo.

A filosofia pascaliana traz ao homem atual a consciência de que a sua condição é débil, fraca e limitada. Em uma sociedade marcada pela pretensão de que o homem é e pode ser qualquer coisa, – inclusive algo avesso à sua própria natureza – a concepção de debilidade do homem evidencia que ele não possui o controle de tudo, que não pode ultrapassar os limites de sua própria condição, e de que ele deve ter a humildade de reconhecer a sua fraqueza. Todos esses movimentos, por si só, podem fornecer ao homem contemporâneo uma consciência antropológica mais coerente e racional e, desse modo, mais condizente com a sua própria natureza. Contudo, para aqueles que admitem a existência de um ser criador, Deus, além do reconhecimento da miserabilidade humana, a fé em Jesus Cristo é o passo fundamental para o alcance da verdadeira felicidade, pois “depois de tão grande número de

anos, nunca ninguém, sem a fé, chegou a esse ponto a que todos visam continuamente [a felicidade]” (Pascal, 1984, p. 137; Bru 425).

Referências bibliográficas

DESCARTES, René. Discurso do Método; Meditações, Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas. Introdução de Gilles-Gaston Granger; prefácio e notas de Gérard Lebrun; tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural. 1983. (Coleção Os Pensadores)

FISICHELLA, Rino. Introdução à Teologia Fundamental. Tradução de João Paixão Netto. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola. 2015.

FRANCISCO, Papa. Carta Apostólica *Sublimitas et Miseria Hominis* – No IV Centenário do Nascimento de Blaise Pascal. Brasília: Edições CNBB. 2023.

GOUHIER, Henri. Blaise Pascal: Conversão e Apologética. Tradução de Éricka Marie Itokazu e, Homero Santiago. São Paulo: Discurso Editorial. 2005.

MAGNARD, Pierre. Vocabulário de Pascal. Tradução Claudia Berliner; revisão técnica Homero Santiago. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2013. (Coleção Vocabulário dos Filósofos)

MANTOVANI, Ricardo Vinícius Ibañez. 10 lições sobre Pascal. Petrópolis: Vozes. 2017. (Coleção 10 Lições)

PASCAL, Blaise. Pensamentos. Introdução e notas de Ch. M. des Granges; tradução de Sérgio Milliet. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural. 1984. (Coleção Os Pensadores)

_____. Do espírito geométrico e Da arte de persuadir: e outros escritos de ciência, política e fé. Organização, introdução, tradução e notas Flavio Fontenelle Loque. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2017.